

NOTAS SOBRE A FALA PÚBLICA OFICIAL: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DE POSSE

NOTES ABOUT THE OFICIAL PUBLIC SPEECH: AN ANALYSIS OF THE INAUGURATION DISCOURSE

Rudá da Costa Perini¹

RESUMO: À luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso materialista e de contribuições da historiografia acerca da noção de fascismo, o presente artigo tem como objetivo principal analisar o discurso de posse do trigésimo oitavo presidente brasileiro. Para tanto, expõe-se o trajeto de pesquisa, atualmente em andamento, que levou à sistematização do objeto em tela, a saber, o discurso presidencial oficial. O corpus desta pesquisa se constitui a partir de materialidades significantes que têm como característica que as une o discurso oficial do trigésimo oitavo presidente brasileiro. Interessa analisar efeito de sentidos que se produzem nas falas oficiais proferidas pela posição-sujeito-presidente, tendo vista as seguintes questões movedoras: os discursos do trigésimo oitavo presidente atualizam saberes e funcionamentos de discursos fascistas? Em que conjunturas enunciativas fala o sujeito-presidente? Para quem fala? Quando fala? O que, pelo discurso, faz saber suas falas? Que redes de memória são atualizadas? Assim, a materialidade que analiso neste artigo é um vídeo intitulado *Posse do presidente Jair Bolsonaro*. Nele registra-se a cerimônia de posse do trigésimo oitavo presidente do Brasil, ocorrida em Brasília, em 01 de janeiro de 2019. O vídeo foi publicado em 17 de janeiro de 2019, disponibilizado no canal oficial do Governo Federal *Tv BrasilGov* na plataforma youtube.com. Com esta análise, é possível começar a entrever marcas que podem ser interpretadas como indícios de discursos fascistas.

Palavras-chave: Análise de Discurso materialista; fascismo; discurso presidencial.

ABSTRACT: Based on the theoretical-methodological assumptions of the materialist Discourse Analysis and on the contributions of historiography studies about fascism, this article aims to analyze the inauguration speech of Brazil's thirty-eighth president. To this end, the research path, currently underway, is exposed, which led to the systematization of the object in question, namely, the official presidential speech. The corpus of this research is constituted from significant materialities that have as the characteristic that unites them the official speech of the thirty-eighth president of Brazil. It is particularly interesting to analyze the effect of meanings produced in the official speeches given by the subject-president position, bearing in mind the following moving questions: do the thirty-eighth president's speeches update knowledge and functioning of fascist speeches? At what enunciative junctures does the subject-

¹ Doutorando em Estudos de Linguagem na Universidade Federal Fluminense - UFF, com bolsa CAPES. Integrante do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS/UFF) e do Grupo Arquivos de Língua (GAL). Professor de Língua Portuguesa na rede municipal de Itaboraí (RJ).

president speak? To whom does he speak? When does he speak? What, through his speech, does such talk make known? Which memory networks are updated? Thus, the materiality I analyze in this article is a video titled Inauguration of President Jair Bolsonaro. It records the inauguration ceremony of the thirty-eighth president of Brazil, held in Brasília, on January 1, 2019. The video was published on January 17, 2019, and is available on the official channel of the Federal Government TV BrasilGov on the YouTube platform. With this analysis it is possible to glimpse some indicators that could be interpreted as fascist discourses.

Keywords: Materialist Discourse analysis; fascism; presidential speech.

1 Introdução

“Palavras podem ser como minúsculas doses de arsênico: são engolidas de maneira desapercebida e parecem ser inofensivas; passado um tempo, o efeito de veneno se faz notar”; nos adverte Klemperer em *LTI: a Linguagem do Terceiro Reich* (2009). Muito afetado pela obra de Klemperer, o presente artigo, produto do trajeto que tenho desenvolvido em minha pesquisa de doutoramento, toma como objeto o discurso oficial do trigésimo oitavo presidente brasileiro. O artigo em tela encontra sustentação na Análise de Discurso materialista – postulada pelo filósofo Michel Pêcheux em trabalho conjunto com outros filósofos, historiadores, linguistas e psicanalistas na França; e desenvolvida por Eni Orlandi e outros pesquisadores no Brasil.

Aqui, em linhas gerais, busco compreender, à luz da relação dos processos discursivos com sua exterioridade, que saberes e efeitos de sentidos vem sendo institucionalizados por meio do discurso presidencial, tendo em vista a possibilidade de funcionamento de uma língua fascista (PIOVEZANI & GENTILE, 2020; INDURSKY, 2020). A adjetivação “presidencial oficial” pode soar redundante à primeira vista, mas é necessária em tempos de presidente tagarela, que fala do lugar institucional, pelas vias institucionais tradicionais, e fala (mais), em suas lives e posts regulares no Facebook, em twitts quase diários, em não raras participações em programas de rádio ou televisão alinhados ao governo, em eventos extraoficiais, etc.; embaçando, assim, a fronteira entre o lugar institucional e o ordinário. De acordo com Indursky, os dizeres presidenciais rompem

[...] com o princípio ético da aceitabilidade que o lugar discursivo de presidente pressupõe, deixando explícitas as marcas do que estou designando de língua fascista. Vale dizer: não se trata mais de uma memória atualizada pelo discurso, como ocorria quando era deputado. Agora, no lugar discursivo de presidente, a língua fascista apresenta marcas de sua efetiva presença e atualidade. Dizendo de outro modo: a língua política com que o capitão-presidente exerce o poder é uma língua fascista (INDURSKY, 2020, p. 376).

Desse modo, têm me interessado investigar falas proferidas em eventos oficiais, solenidades e em pronunciamentos, encontradas em vídeos publicados nos canais oficiais do governo na plataforma youtube.com. Nessa investigação, os procedimentos metodológicos empreendidos consistiram em: 1) fazer um levantamento de falas oficiais no sítio do governo

federal², nas páginas “discursos” e “pronunciamentos”, nos anos de 2019 e 2020; 2) por meio do gesto de leitura - dessuperficialização (ORLANDI, 2012) - dos títulos dessas falas, sistematizá-las, o que foi possível pela interpretação de certas regularidades, que levaram-me a questionar: em que conjunturas enunciativas fala o sujeito-presidente? Para quem fala? Quando fala? O que, pelo discurso, faz saber os títulos das falas? Que redes de memória são atualizadas? A partir desse levantamento, os títulos foram mapeados e dispostos em série, o que viabilizou apreender seis eixos estruturantes do discurso presidencial oficial. Logo, nomeei os eixos da seguinte maneira: 1. *Discursos presidenciais: povo em cena*; 2. *Discursos presidenciais: militares em cena*; 3. *Discursos presidenciais: bíblia em cena*; 4. *Discursos presidenciais: agro em cena*; 5. *Discursos presidenciais: armamentismo em cena*; 6. *Discursos presidenciais: pandemia em cena*.

Assim, delineado o mapeamento, foi produzido como resultado parcial seis quadros, exibindo data e título da fala oficial, que agrupam esses títulos nos eixos. Os títulos das falas selecionadas funcionam como um índice para eventos solenes e pronunciamentos que foram registrados em vídeo e podem ser encontrados nos canais do governo na plataforma youtube.com. Entendo que, tanto os canais oficiais, *Planalto* e *Tv BrasilGov*, quanto o site se configuram como arquivos institucionais digitais. Cabe assinalar que a noção de arquivo tomada aqui parte de Pêcheux ([1982] 2014), que em sua leitura crítica do conceito de arquivo como um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”, propõe pensá-lo como um espaço polêmico no qual incide uma pluralidade de gestos de leitura. Enfim, almeja-se com este texto, levando em conta o percurso analítico aqui exposto resumidamente, apresentar uma análise de uma materialidade que se inscreve no eixo 1: *Discursos presidenciais: povo em cena*. Essa materialidade consiste no vídeo intitulado “Posse do Presidente Jair Bolsonaro” que contém o discurso de posse presidencial, o qual será enfocado no presente texto.

2 Sobre os pressupostos teórico-metodológicos

Antes de adentrarmos na análise propriamente dita, reservo algumas linhas para explicitar ao leitor, de modo bem resumido, os pressupostos teóricos fundamentais à teoria que sustenta esta escrita. A Análise de Discurso (AD) materialista foi postulada pelo filósofo Michel Pêcheux - articulado a grupos de pesquisa dos quais faziam parte linguistas, historiadores, psicólogos e outros filósofos - na França, no fim da década de 1960. No Brasil, a teoria se desenvolve de modo autônomo pelos trabalhos de Eni Orlandi e outros pesquisadores. Enquanto uma teoria do discurso, constitui-se no nó entre materialismo histórico, linguística e psicanálise, colocando questões do interior dos campos mesmos em que se constituem. Esse movimento produz um lugar teórico, outrossim disciplinar, de entremeio, pois sua construção se dá não pela interdisciplinaridade, mas pela contradição, visando a necessidade de reconfigurar o terreno a fim de compreender o linguístico, o sócio-histórico e o inconsciente de maneira intrincada, constitutiva e não periférica.

A preocupação central da AD materialista é compreender o funcionamento de seu objeto teórico, o discurso, em dadas condições de produção. Assim, a pergunta movedora não é “qual o sentido?”, mas “que efeito de sentidos?”. Para dar conta desse complexo objeto - que não existe pronto e acabado, mas se constitui no gesto analítico -, a AD materialista configura seu

² Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br>. Acesso em: 21 mar. 2021.

dispositivo teórico³ alicerçado em alguns conceitos fundamentais e ampliado por outras noções que foram surgindo com o desenvolvimento da teoria.

Julgo conveniente apresentar alguns conceitos fundamentais da teoria materialista do discurso, sobretudo porque eles aparecerão mais adiante.

O primeiro é o conceito de *língua*. A partir das (re)leituras de Saussure, Benveniste e Chomsky, que empreende Pêcheux, a língua é compreendida como um sistema que é base material dos processos discursivos, “a base comum de *processos discursivos* diferenciados [...] dotado de uma *autonomia relativa* que o submete a leis internas” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 81, grifos do autor). A língua é sempre afetada pela ideologia, pela história (como história da luta de classes) e comporta falhas (irrupções do inconsciente).

Assim como o conceito de língua, o conceito de *sujeito* é atravessado pelo materialismo histórico e pela psicanálise, e começa a ser formulado a partir da crítica ao (indivíduo) falante da linguística formal. Assim nos explica Indursky:

Para a AD, a categoria de *sujeito* não é idealista por ser interpelada ideologicamente, [...] ao produzir seu discurso, o faz a partir de determinadas *posições de sujeito*, igualmente ideológicas. Tais posições, contudo, não transformam esse sujeito em uma figura que decide livremente seu discurso, pois se trata de um sujeito socialmente constituído. No entanto, por não ter consciência de seu assujeitamento [trabalho da ideologia], mantém fortemente arraigada a ilusão de ser plenamente responsável por seu discurso.

Pode-se, pois, afirmar que, em AD, a concepção de *sujeito do discurso* é atravessada por duas teorias – o marxismo (leia-se ideologia) e a psicanálise (entenda-se inconsciente). Dessas duas concepções teóricas decorrem os limites para a onipotência do sujeito, provocando seu descentramento (INDURSKY, 2013, p. 35, grifos da autora).

Ou seja, o sujeito é pensando como dividido, porque constituído pelo inconsciente, portanto não está no controle absoluto do que diz e, ao tomar a palavra, é sempre uma posição-sujeito constituída na língua, materializada no discurso, afetada pela ideologia e identificada à dada formação discursiva – aí reside o “fazer sentido” para o sujeito. Uma noção materialista de sujeito, por conseguinte, pressupõe a negação do conceito idealista de sujeito centrado, “dono de sua morada”, poderoso em sua ciência de si, origem do dizer. Em suma, o sujeito da AD materialista resulta:

[...] da relação com a linguagem e a história, o sujeito do discurso não é totalmente livre, nem totalmente determinado por mecanismos exteriores. O sujeito é constituído a partir da relação com o outro, nunca sendo fonte única do sentido, tampouco elemento onde se origina o discurso [...]. Assim, a incompletude é uma propriedade do sujeito e a afirmação de sua identidade resultará da constante necessidade de completude (FERREIRA, 2001, p. 22).

³ A noção de dispositivo teórico, bem como a distinção entre dispositivo teórico e de análise, é dada por Orlandi (2006). Para a autora, o dispositivo teórico da AD se constitui de seus conceitos e princípios. O dispositivo analítico, determinado pelo dispositivo teórico, é demandado pelo gesto de análise, cabendo ao analista, a partir das questões que coloca para o objeto, mobilizar noções, conceitos e procedimentos metodológicos que melhor atendam aos objetivos empreendidos na análise.

Vale acrescentar que o conceito de sujeito se amplia, se consideramos 1) a *forma-sujeito*: “a forma pela qual o sujeito do discurso se identifica com a formação discursiva que o constitui [...], a forma-sujeito é responsável pela ilusão de unidade do sujeito” (FERREIRA, 2001, p. 15); e 2) a *posição-sujeito*: “[...] um objeto imaginário, representando no processo discursivo os lugares ocupados pelos sujeitos na estrutura de uma formação social. Deste modo, entende-se que há sujeito único, mas diversas posições-sujeito, as quais estão relacionadas com determinadas formações discursivas e ideológicas” (FERREIRA, 2001, p. 21).

Isso nos leva ao conceito de *ideologia*. Abandonando concepções mais ou menos estabilizadas nas ciências sociais - aquelas que circundam ao redor de definições como “um conjunto de ideias de um indivíduo ou grupo” ou “o ‘espírito’ de uma sociedade em dada época” -, Pêcheux (1996) se apropria da noção de ideologia pensada por Althusser (1996) para deslocá-la com o intuito de formular uma teoria não subjetiva do sujeito em tensão com o materialismo histórico.

Entende-se com Pêcheux e Fuchs (1997 [1975]) e Pêcheux (2014 [1975]) que falar em a Ideologia (a ideologia em geral) é falar de um mecanismo ahistórico, determinado em última instância pela infraestrutura econômica, que interpela o indivíduo em sujeito, produzindo para ele a dupla evidência: a do reconhecimento consigo mesmo; e a do efeito de obviedade dos sentidos. Ou seja,

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 146).

Em outras palavras, o processo de interpelação ideológica, de modo desigual⁴, produz as evidências do sujeito e do sentido, garantindo a manutenção das relações de produção em dada formação social. Porém, contraditoriamente, esse processo não se dá sem falhas. Assim, o sujeito pode não mais se identificar com a posição que ocupa ou com dado sentido tomado como evidente.

Desse modo, a lei constitutiva da ideologia é interpelar os indivíduos em sujeitos através das formações ideológicas. Uma formação ideológica, caracteriza-se como “uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento” (PÊCHEUX e FUCHS, [1975] 1997, p. 166). Assim, cada formação ideológica se configura como conjunto “complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX e FUCHS, [1975] 1997, p. 166, grifos dos autores).

Logo, a Ideologia e as ideologias se relacionam da seguinte forma:

⁴ Cf. Modesto 2018. Aqui o autor defende que a interpelação ideológica, em uma sociedade racializada de classes, não se dá de modo igual para todos.

[...] enquanto as “as ideologias têm uma história própria”, uma vez que elas têm uma existência histórica e concreta, a “Ideologia em geral não tem história”, na medida em que ela se caracteriza por “uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não-histórica, isto é, omni-histórica, no sentido em que esta estrutura e este funcionamento se apresentam na mesma forma imutável em toda história [...]” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 13, grifos do autor)

Por esse caminho, pode-se dizer que a constituição de sentido e sujeito se dão simultaneamente da seguinte forma: o sujeito se constitui na/pela ideologia ao ser interpelado por uma formação ideológica, identificando-se como dada formação discursiva que “determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2012, p. 77).

Por fim, o conceito central da AD materialista: *discurso*. Para Pêcheux, o discurso é “um verdadeiro nó. Não é jamais um objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico em que se intrinca literalmente todas suas questões sobre a língua, a história, o sujeito” (MALDIDIER, 2017, p. 16). Trata-se de uma prática de linguagem determinada pelo tecido histórico-social. Seu lugar na teoria é o de objeto teórico. O discurso, portanto, é um objeto teórico sempre inacabado, compreendido, no primeiro momento, como “efeito de sentidos” (PÊCHEUX, [1969] 1997) entre interlocutores; depois como encontro entre o interdiscurso e intradiscurso (PÊCHEUX, [1975] 2014); e mais tarde, também como acontecimento capaz de desestabilizar as redes de memória (PÊCHEUX, [1983] 2015). Se a língua é a materialidade do discurso, o discurso é a materialidade específica da ideologia, e está sempre em relação a suas condições de produção - que envolve os sujeitos, a conjuntura da enunciação, a conjuntura ideológica e o interdiscurso - e a uma ou mais formações discursivas - ou matrizes de sentido, aquilo que territorializa o discurso, isto é, recorta no interdiscurso, no já dito, dada região de sentidos, delimitando o que pode e deve ser dito em determinadas condições de produção. Desse modo, um conceito materialista de discurso implica o reconhecimento de que não há discurso sem ideologia, sem história, sem luta de classes.

3 Considerações sobre o corpus desta pesquisa

Feita essa breve exposição dos conceitos teóricos que fundamentam a pesquisa em tela, convém tecer algumas considerações o corpus com o qual venho trabalhando. A construção do corpus de uma pesquisa ancorada em perspectiva materialista do discurso, que está intrinca às metodologias empreendidas, é uma das etapas mais importantes do trabalho. Ressalto essa importância, pois as discursividades selecionadas e analisadas não servem para ilustrar ou demonstrar a validade das hipóteses formuladas inicialmente - movimento comum nas ciências da natureza, ou nas humanas, sociais, ou da linguagem de base positivista.

Assim, importa destacar o caráter vanguardista que um dispositivo experimental é capaz de revelar, deixando de lado qualquer relação com o experimentalismo próprio da Física e outras áreas das ciências ditas mais exatas; pois, como salienta Orlandi (2012, p. 30), o ponto de vista da Análise de Discurso “não há ‘aplicação’: cada análise é uma análise, tem-se que voltar à teoria, construir um dispositivo analítico que é próprio ao material que se vai analisar” (PETRI, 2013, p. 41)

Nessa direção, Petri (2013) sinaliza para um movimento (teoria/análise ou dispositivo teórico/dispositivo analítico) pendular⁵.

Talvez possamos dizer que é no movimento de ir e vir (da teoria para a análise e/ou vice-versa) que o pêndulo agita os processos de produção de sentidos sobre o *corpus*, movimentando a contemplação que estagnaria o analista e, conseqüentemente, o movimento de análise. O plano de oscilação do pêndulo é determinado pelas condições iniciais [...]. Dizer isso significa que o movimento pendular pode ter início na teoria ou na análise, sem prejuízo nenhum ao processo em si e, quanto aos resultados da análise, podemos dizer que dependem de uma série de elementos (teórico-metodológicos) mobilizados no decorrer do trabalho analítico (PETRI, 2013, p. 42).

Há uma disposição inicial das posições, mas não uma garantia de chegada. As relações simbólicas podem ser compreendidas a partir do funcionamento do dispositivo analítico, mas isso não ocorre em plenitude, pois o dispositivo analítico pode dar conta de algumas relações ou de diferentes facetas dessas relações; enfim, o dispositivo analítico é desafiado a explicitar processos ou partes do processo. Posso dizer ainda que vejo o movimento do pêndulo como aquele que cria um espaço de jogo, trabalhando as questões inicialmente propostas, reiterando-as como inarredáveis ou descartando-as por sua insustentabilidade imediata. É aí que incide o movimento pendular, propiciando o trabalho do analista que aceita o desafio de estar no vaivém e que precisa compreender o que Pêcheux (PÊCHEUX; FICHANT, 1971) já percebia em relação ao que chamaram de “instrumentos científicos”: as práticas científicas necessitam de instrumentos, mas o uso de instrumentos não garante que a prática científica ocorra de fato. Então, além de construir seu dispositivo analítico, o analista do discurso deve estar sempre olhando criticamente para seu próprio trabalho, retomando suas próprias questões, sendo que precisa lidar com o efeito de fim, pois, num determinado momento, deve colocar um ponto final, mesmo não acreditando na existência do fim. A metáfora do pêndulo serve também para ilustrar esse movimento, pois, uma vez instalado o pêndulo, é de sua natureza seguir oscilando indefinidamente (PETRI, 2013, p. 47).

Em outras palavras, as hipóteses e questões do pesquisador funcionam como ponto de partida, como ignição, e podem, no processo, ser revistas, reformuladas ou até, sem maiores constrangimentos, abandonadas. Além disso, a relação entre teoria e análise não é de aplicabilidade, como destaca a autora, outrossim de incansável vai-e-vem. Essas formulações dizem muito sobre a metodologia discursiva materialista e não devem ser perdidas de vista.

Com efeito, o olhar materialista implica, de antemão, a compreensão de que as discursividades a partir das quais se constituem o corpus materializam na língua a ideologia na qual se inscreve o objeto em análise.

Um corpus discursivo, conseqüentemente, se estrutura necessariamente a partir de

⁵ A metáfora do movimento pendular foi pensada por Indursky em alguns de seus trabalhos - como Indursky (2008), Indursky (2013b) e outros - e continuada por Petri (2013). A formulação de Petri (2013), contudo, pareceu se encaixar melhor aqui.

critérios e toma como base a noção materialista de discurso, portanto o corpus não pode ser tratado como se fosse da ordem do dado. A noção de corpus adotada aqui é aquela que diz respeito a “[...] um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP do discurso” (COURTINE, 2014, p. 54). O plano do qual nos fala Courtine consiste em produzir recortes no material bruto a partir de critérios definidos e questões postas pelo analista para seu objeto de investigação.

A construção do corpus discursivo demanda investimento metodológico, levantamento, tomada de posição, escuta atenta, reflexão e um trabalho incansável de leitura. No processo, o termômetro é a demanda gerada pela natureza da materialidade analisada. Em geral, a escolha do objeto é movida por inquietações do sujeito-analista do discurso levando-o a buscar, no batimento teoria-análise, dar conta dele. Com isso, é possível ampliar um pouco a noção de corpus para entendê-lo como um conjunto bem definido, apesar de não acabado, de materialidades significantes (sejam elas de caráter textual, imagético, visual, audiovisual, musical, entre outras) selecionado, recortado e organizado a partir de critérios e questões definidos pelo analista. Para delimitar esse conjunto, o qual não se pretende hermeticamente fechado, são mobilizadas operações metodológicas diversas.

O corpus com que tenho trabalhado se constitui a partir de materialidades significantes que têm como característica que as une o discurso oficial do trigésimo oitavo presidente brasileiro. Interessa, sobretudo, analisar discursos e relações de sentido que se produzem nas falas oficiais proferidas pela posição-sujeito-presidente.

As primeiras questões-combustível que coloco são: 1) os discursos do trigésimo oitavo presidente atualizam saberes e funcionamentos de discursos fascistas? 2) Nesse sentido, está em curso a institucionalização de discursos fascistas? 3) O discurso político do trigésimo oitavo presidente corrói os limites entre o público e privado de modo que a instituição Governo Federal passa a comportar em seu interior dizeres que, em outras condições de produção, estariam interditados pela formação discursiva dominante que organiza o que nesse lugar (institucional) pode ou não pode ser dito? 4) Em que conjunturas enunciativas fala o sujeito-presidente? 5) Para quem fala e quando fala? 6) O que, pelo discurso, faz saber suas falas públicas oficiais?

A construção do corpus discursivo de minha pesquisa parte do levantamento de falas oficiais proferidas pela posição-sujeito-presidente entre os anos de 2019 e 2020. Esse levantamento foi realizado nos arquivos institucionais digitais do governo (site oficial e canais na plataforma youtube.com).

Os procedimentos metodológicos empreendidos consistiram em fazer um levantamento de falas oficiais no sítio do governo federal nos anos de 2019 e 2020; em seguida, com a dessuperficialização (ORLANDI, 2012) dos títulos dessas falas, algumas regularidades puderam ser apreendidas. A partir desse levantamento, os títulos foram mapeados e dispostos em série, o que viabilizou, por meio do gesto de análise, apreender seis eixos estruturantes do discurso presidencial oficial, tal qual expus na introdução.

Assim, delineado o mapeamento, foi produzido como resultado parcial seis quadros, exibindo data e título da fala oficial, que agrupam esses títulos nos eixos. Os títulos das falas selecionadas funcionam como um índice para eventos solenes e pronunciamentos que foram registrados em vídeo e podem ser encontrados nos canais do governo na plataforma youtube.com. Entendo que, tanto os canais oficiais, *Planalto* e *Tv BrasilGov*, quanto o site se configuram como arquivos institucionais digitais. Assim, as materialidades que analiso têm duas naturezas: os títulos das falas oficiais disponíveis no site do governo federal consistem em

materialidades linguísticas; os vídeos dos eventos em que essas falas foram proferidas consistem em materialidades audiovisuais digitais.

4 Um gesto de análise do discurso presidencial oficial

Passo, então, à análise de uma materialidade que considero exemplar no eixo *Discursos presidenciais: povo em cena*. Esse eixo agrupa falas públicas proferidas para o povo e/ou sobre o povo. Evidentemente não estamos falando aqui de um interlocutor “povo” empírico, mas de um público imaginário, calcado em formações imaginárias que sustentam os dizeres da posição-sujeito-presidente.

As formações imaginárias são imagens ou representações, sustentadas pelo imaginário, que se projetam no discurso. A partir da crítica ao esquema comunicacional jakobsoniano, e na esteira da noção lacaniana de imaginário, Pêcheux formula que:

“o termo *discurso*, que indica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um “efeito de sentidos” entre os pontos A e B.

[...] Se o que dissemos antes faz sentido, resulta pois dele que A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social [...]: assim, por exemplo, no interior da esfera de produção econômica, os lugares do “patrão” (diretor, chefe da empresa etc.), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário são marcados por propriedades diferenciais determináveis. [...] esses lugares estão *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo.

[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao *outro*. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações) (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 81-82).

Logo, no interior de toda formação social, funcionam formações imaginárias, imagens que os sujeitos projetam sobre si, sobre o referente e sobre o outro.

A materialidade selecionada para análise, além de trazer o “povo” como elemento constituinte da discursividade, materializa os dizeres que inauguram o discurso presidencial oficial. Logo, teço uma análise da fala proferida na cerimônia da posse presidencial, almejando compreender que saberes e efeitos de sentido são instaurados pela primeira fala pública oficial produzida pela posição-sujeito-presidente, pressupondo que aí se marcam traços fundadores dessa posição-sujeito.

O vídeo em análise intitula-se *Posse do presidente Jair Bolsonaro*. Nele registra-se a cerimônia de posse do trigésimo oitavo presidente do Brasil. O vídeo, dividido em três blocos,⁶ foi publicado em 17 de janeiro de 2019, possui na data de acesso 215.581 visualizações em e

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7KqcBnAP_Ic&t=270s>. Acesso em: 19/03/2021.

conta com tradução simultânea para Libras. O vídeo, produzido pela extinta *TV Nacional do Brasil*⁷ (TV NBR), foi disponibilizado no canal oficial do Governo Federal *Tv BrasilGov* na plataforma *youtube.com*. Trata-se de um programa televisivo com duração total de 2:40:25, apresentado e narrado por dois apresentadores não identificados que acompanham, do estúdio da NBR, a cerimônia de posse do presidente. As câmeras registram, a partir de vários ângulos, o desfile presidencial em carro aberto, começando na Esplanada com destino ao Congresso, e compreende toda a cerimônia de posse até a recepção das autoridades brasileiras e estrangeiras. O foco da presente análise se fecha no discurso de posse proferido no Congresso.

Conforme discriminei acima, analiso um vídeo produzido pela TV NBR, e veiculado pelo canal *Tv BrasilGov*, sediado na plataforma digital *youtube.com*. Desta feita, a materialidade significativa vídeo de *youtube* possui especificidades e não pode ser tomada de maneira homogeneizante, como se a mídia em que o audiovisual se inscreve fosse algo irrelevante. Há características que lhe são próprias: título, descrição do vídeo, canal que o produziu ou divulgou acompanhado do número de usuários que nele estão inscritos, comentários dos usuários, número de visualizações, data da postagem, botões de interação (“gostei”, “não gostei”, “compartilhar”, “salvar”, “inscrever-se”), e uma coluna intitulada “próximo” que exhibe vídeos sugeridos para serem assistidos na sequência; essa coluna é gerenciada por um algoritmo que utiliza dados do usuário para refinar as sugestões baseando-se em vídeos assistidos e buscas realizadas.

A plataforma de compartilhamento de vídeos *youtube.com* foi criada em 2005 e comprada por 1,65 bilhões de dólares um ano depois pela corporação *Google*. Hoje pode ser considerada a maior plataforma de compartilhamento de vídeos do mundo. Assim como outros sites, é atravessada por um funcionamento muito marcante no espaço digital: a heterogeneidade. Os vídeos que nela habitam materializam todo tipo de discurso, havendo, ainda, o espaço para intervenções dos usuários por meio dos comentários e dos botões de interação. Evidentemente há restrições de conteúdo impostas, isto é, por razões jurídicas e políticas, nem tudo pode ser dito/exibido. Tais condições de produção podem ser consideradas em análise, pois produzem sentidos. Contudo, o olhar do analista não pode se pretender panorâmico nem totalizante, haja vista que é impossível abarcar tudo. Afinal, tanto o dispositivo teórico quanto o próprio dispositivo cognitivo humano possuem limitações. Portanto, é preciso fazer escolhas, isto é, recortes, entendendo recorte como “uma unidade discursiva: fragmento correlacionado de linguagem - e - situação” (ORLANDI, 1987, p. 139).

Para fins de análise, procederei recortes no vídeo por meio de dois procedimentos metodológicos: 1) com o recurso técnico de captura de tela farei o recorte na tela em determinados momentos, em trechos que algo captura o olhar; 2) com o recurso da transcrição textual, farei recortes no plano sonoro, transpondo-o para o plano gráfico (da escrita), em trechos que algo captura o ouvir.

O vídeo registra os primeiros momentos da cerimônia que começa com o desfile

⁷ A TV NBR, inaugurada pelo governo Fernando Henrique em 1998, foi um canal televisivo do Governo Federal que existiu por cerca de vinte anos. Nos primeiros meses de trigésimo oitavo governo ela foi primeiro fundida com a *Tv Brasil* sob o argumento de economia de recursos públicos. Em março de 2019, viera a ser extinta ocasionando a demissão de cerca de mil funcionários terceirizados. Sua programação em parte foi absorvida pela *TV Brasil*, criada em 2007, que agora a substitui, e, com nova logo e nova programação, vai ao ar em abril de 2019. Uma parcela dos programas transmitidos pelos canais televisivos da *Tv Brasil* é disponibilizada na plataforma *youtube.com* em soma a conteúdos produzidos exclusivamente para a *web*, funcionando como um arquivo. A *Tv Brasil* pertence à *Empresa Brasil de Comunicação* (EBC), empresa pública criada em 2008, responsável pelos veículos estatais tais como a *Tv Brasil*, *Radioagência Nacional*, rádios MEC e *Nacional*, *Rede Pública de Rádio e Televisão* (RNCP) e *Agência Brasil*.

presidencial em carro aberto escoltado por seguranças a pé, batedores em motocicletas e pelos dragões da independência a cavalo. No *rolls-royce* presidencial estão o presidente, seu filho mais velho e a primeira dama. Logo nos primeiros minutos de desfile algo da ordem do imprevisto acontece.

Recorte 1



Recorte do vídeo “Posse do Presidente Jair Bolsonaro Bloco 1”. Marca de 3 min 41seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7KqcBnAP_Ic&t=270s. Acesso em: 19/03/2021.

Um dos dragões a cavalo parece perder o controle das rédeas do animal provocando uma breve interrupção no curso do automotor que transporta o presidente. Esse imprevisto, que certamente não encontra lugar nos relatos oficiais deste “dia histórico”, nos dizeres da própria apresentadora-comentarista que fala ao fundo, parece anunciar um descompasso. Como se o trote desviado - que pode denunciar tanto a confusão, o medo ou a desobediência do equino - pudesse simbolizar não só o descompasso que se mantém em vários momentos da cerimônia como também o descompasso em que se encontrava e ainda se encontra a democracia brasileira.

No recorte 2, a câmara, em plano frontal, captura a caminhada, pela rampa do Congresso, do presidente ao lado de seu vice, o presidente Senado, e o presidente da câmara dos deputados. Atrás dessa fileira, caminha uma segunda fileira de mulheres que são suas respectivas esposas.

Recorte 2



Recorte do vídeo “Posse do Presidente Jair Bolsonaro Bloco 1”. Marca de 12 min 18 seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7KqcBnAP_Ic&t=270s. Acesso em: 19/03/2021.

Aqui pode-se apontar um segundo momento que materializa o que, em minha leitura, chamo de descompasso. O rito cerimonial se configura com base em determinada organização. Como se vê na imagem, os elementos parecem muito bem dispostos em seus lugares de modo que predominam as linhas retilíneas: as linhas paralelas dos dragões da independência, a linha dos líderes políticos, a linha das esposas e as linhas do tapete. Todavia, algo parece escapar à simetria. O deslocamento natural das fileiras parece empurrar o vice-presidente para a margem. Em razão desse centimétrico deslocamento, no percurso, vêm de encontro a sua têmpora muitas das bandeiras alvo-rubras que pendem das lanças dos perfilados dragões da independência. O general precisa, então, desviar dos adornos. O descompasso, que agora se inscreve ironicamente nos passos descompassados, produz um desconforto, um incômodo. O indesejável intervém produzindo sentidos.

A cerimônia segue, se encaminha para a sessão solene do Congresso Nacional que dá posse ao presidente e seu vice.

Após a formalização da posse, ainda no Plenário Ulysses Guimarães, o presidente se prepara para discursar aos presentes. A seguir, é proferida a primeira fala pública produzida pela posição-sujeito-presidente, o discurso de posse. Vejamos o primeiro recorte no discurso presidencial:

Recorte 3

Primeiro, quero agradecer a Deus por estar vivo. Que, pelas mãos de profissionais da Santa Casa de Juiz de Fora, operaram um verdadeiro milagre. Obrigado, meu Deus! Com humildade, volto a esta Casa, onde, por 28 anos, me empenhei em servir à nação brasileira, travei grandes embates e acumulei experiências e aprendizados que me deram a oportunidade de crescer e amadurecer.

Volto a esta Casa, não mais como deputado, mas como Presidente da República Federativa do Brasil, mandato a mim confiado pela vontade soberana do povo brasileiro.

Hoje, aqui estou, fortalecido, emocionado e profundamente agradecido a Deus, pela minha vida, e aos brasileiros, que confiaram a mim a honrosa missão de governar o Brasil, neste período de grandes desafios e, ao mesmo tempo, de enorme esperança. Governar com vocês.

Aproveito este momento solene e convoco cada um dos Congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e de reerguer nossa Pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica. Temos, diante de nós, uma oportunidade única de reconstruir o nosso País e de resgatar a esperança dos nossos compatriotas.

Recorte do vídeo “Posse do Presidente Jair Bolsonaro Bloco 1”. Marca de 34 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7KqcBnAP_Ic&t=270s. Acesso em: 19/03/2021.

Sentidos advindos do discurso religioso se materializam na fala presencial, o que se marca em palavras como “Deus” e “milagre”. Pelo não dito, opera-se um efeito de que a investidura do cargo se dá por obra do divino, o que podemos interpretar na relação entre os enunciados:

“Primeiro, quero agradecer a Deus por estar vivo. Que, pelas mãos de profissionais da Santa Casa de Juiz de Fora, operaram um verdadeiro milagre. Obrigado, meu Deus!”

“Volto a esta Casa, não mais como deputado, mas como Presidente da República Federativa do Brasil, mandato a mim confiado pela vontade soberana do povo brasileiro”

Aqui se estabelece uma relação de causa e consequência não marcada na língua, mas que ressoa na ordem do discurso, o que podemos divisar pelas redes parafrásticas:

Primeiro, quero agradecer a Deus por estar vivo. Que, pelas mãos de profissionais da Santa Casa de Juiz de Fora, operaram um verdadeiro milagre. Logo, volto a esta Casa, não mais como deputado, mas como Presidente da República Federativa do Brasil.

Trocando em miúdos, é graças ao milagre operado por Deus, em primeiro lugar, que é possível voltar ao congresso como presidente. “Deus”, ente divino supremo nas religiões de matriz hebraico-cristã, comparece nesse recorte como um ator que intervém operando “um verdadeiro milagre” pelas “mãos de profissionais da Santa Casa de Juiz de Fora”. O “verdadeiro milagre” em enunciação diz respeito às intervenções cirúrgicas necessárias devido ao ferimento causado por uma facada, atentado à vida do então candidato em passeata de campanha na cidade de Juiz de Fora em 06/09/2018. O adjetivo “verdadeiro” confere ao sintagma um efeito

fechamento, de algo inquestionável, o que, pela oposição, silencia “falso milagre”. Está em jogo aqui uma disputa de sentidos e narrativas, haja vista a circulação de dizeres sobre o atentado que o significam como falso ou forjado.

Ainda no tocante aos elementos de um discurso religioso, vale à pena acrescentar a palavra “missão” que comparece duas vezes no recorte:

*“Hoje, aqui estou, fortalecido, emocionado e profundamente agradecido a Deus, pela minha vida, e aos brasileiros, que confiaram a mim a honrosa **missão** de governar o Brasil”*

*“Aproveito este momento solene e convoco cada um dos Congressistas para me ajudarem na **missão** de restaurar e de reerguer nossa Pátria”.*

“Missão”, dadas as condições de produção do discurso em tela, inscreve uma dupla filiação: 1) ao discurso religioso, de cruzada religiosa; e 2) ao discurso bélico, de missão de guerra. Essas duas filiações se enlaçam no fio do discurso e se tornam uma trança na trama discursiva. O que nos leva à questão: guerra/cruzada contra quem? No dito, a “missão de governar o Brasil” é confiada ao sujeito pelo “brasileiros”. Contudo, no não dito, ecoa o sentido de que essa missão é investida ao sujeito pelo próprio Deus. Esse eco retorna ao final do discurso de posse:

Recorte 4

*Deixo esta casa, rumo ao Palácio do Planalto, com a **missão** de representar o povo brasileiro.*

Com a benção de Deus, o apoio da minha família e a força do povo brasileiro, trabalharei incansavelmente para que o Brasil se encontre com o seu destino e se torne a grande nação que todos queremos.

Recorte do vídeo “Posse do Presidente Jair Bolsonaro Bloco 1”. Marca de 43 min 15seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7KqcBnAP_Ic&t=270s. Acesso em: 07 jun. 2020.

A missão, designada pelo povo e por Deus, vai deslizando de 1) “governar o Brasil” para 2) “restaurar e de reerguer nossa Pátria” para 3) “representar o povo brasileiro”. Enfim, um efeito de sentido produzido no cruzamento entre os discursos religioso e bélico é de que a “missão” da qual fala a posição-sujeito-presidente é a de empreender uma cruzada, uma guerra santa. Sobre as guerras santas, não preciso discorrer, sabemos o suficiente.

Retomando o recorte 3, convém acrescentar um ponto em que se materializa a contradição. No recorte, lemos:

*“Com humildade, volto a esta Casa, onde, por 28 anos, me **empenhei** em servir à nação brasileira”.*

Aqui o sujeito faz alusão aos anos de atuação como deputado ressaltando seu “empenho” durante esse tempo. “Empenho”, palavra significativa no discurso neoliberal, no qual os sentidos ligados à meritocracia têm papel central, comparece aí aliada a “servir à nação brasileira”. Empenho e serviço, nessa discursividade, caminham lado a lado, pois é através deles

que, por mérito, se alcança as ambições e objetivos. Contudo, a atuação enquanto deputado daquele sujeito que agora ocupa o cargo de presidente denuncia um furo no sentido de “empenho”, no discurso neoliberal, equivocando o efeito produzido no enunciado. Em outras palavras, estamos falando de 27 anos ocupando a cadeira de deputado para, em todo esse tempo, aprovar apenas três projetos⁸. Nessa direção, dada a historicidade que constitui o sujeito, nesse “empenho” inscreve-se um sentido outro, que seria seu oposto (“ociosidade” ou “preguiça”); porém, o sentido outro é interdito, não pode ser dito. O que o sobrescreve está na formulação subsequente: “travei grandes embates e acumulei experiências e aprendizados”. Assim, grandes embates, acúmulo de experiências e aprendizados apagam, silenciam “27 anos de ociosidade”.

Para finalizar a análise do recorte 3, vejamos o último trecho:

“Aproveito este momento solene e convoco cada um dos Congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e de reerguer nossa Pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica. Temos, diante de nós, uma oportunidade única de reconstruir o nosso País e de resgatar a esperança dos nossos compatriotas.”

Dois pontos precisam ser sinalizados nesse enunciado. O primeiro ponto diz respeito a uma memória do novo na qual os sentidos apontam para uma necessária ruptura com o passado para que se alcance o futuro desejado. Nessa passagem, destaco:

*“[...] missão de **restaurar** e de **reerguer** nossa Pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica. [...] oportunidade única de **reconstruir** o nosso País e de **resgatar** a esperança dos nossos compatriotas.”*

As palavras “restaurar”, “reerguer”, “reconstruir” e “resgatar” são exemplares da atualização de uma memória de construção do novo, que implica o abandono do velho. O prefixo “re” funciona como elemento morfológico indicativo de: 1) repetição (erguer de novo, construir de novo); 2) volta a momento, forma ou estado anterior (só se restaura o que foi quebrado; só se resgata o que foi perdido). Assim, o novo comparece no enunciado como um objetivo, ou melhor, uma “missão”. O novo, então, pressupõe a erradicação “da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica”. Isso nos leva ao segundo ponto, o discurso sobre corrupção.

O discurso de combate à corrupção talvez seja um dos mais repetidos na história da política brasileira que, ironicamente, está entre as mais corruptas do mundo. Foi esse discurso que sustentou o golpe de 2016, envernizou a Operação Lava-Jato, interventora ativa nas eleições de 2018 sobretudo ao prender o ex-presidente Lula, e foi bandeira do então candidato, agora presidente, nas mesmas eleições. “Corrupção”, portanto, comparece no enunciado como um pré-construído, isto é, um elemento do interdiscurso que funciona como evidente, como já

⁸ Os projetos são:

PL 2514/1996 que dispõe sobre a extensão do benefício de isenção para impostos sobre Produto Industrializado para bens de informática.

EMC 10/2015 PEC18207 > PEC 344/2013 que torna obrigatória a expedição de cédulas físicas no processo de votação e apuração das eleições, plebiscitos e referendos.

PL 4639/2016 que autoriza o uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna.

sabido. Libertar a Pátria do “jugo da corrupção” se reveste do efeito de evidência que o torna óbvio, apagando a opacidade do elemento “corrupção”, como se ele mesmo fosse transparente, como se não fosse um objeto complexo que demanda uma análise social, ética, política e histórica de práticas cotidianas e políticas naturalizadas em nossa formação social.

Ao olhar para a sintaxe é possível observar que o sujeito elenca problemas que, no fio de seu discurso, são aqueles que cerceiam a liberdade da Pátria, enumerando, em ordem, “corrupção”, “criminalidade”, “irresponsabilidade econômica” e “submissão ideológica”. Essa enumeração pode também ser lida como gradação, posicionando a “corrupção” como o menor dos problemas e a “submissão ideológica” o maior. Essa leitura pode ser empreendida porque: 1) faz parte de um imaginário conspiratório presente nos discursos da extrema direita brasileira a ideia de que existe uma guerra cultural⁹ contra o comunismo/socialismo/esquerdismo, que, por sua vez, tem planos de corromper a pátria, a família, a propriedade privada e a religião. A “submissão ideológica”, nesse imaginário, consiste na imposição dos ideais comunistas perpetrados pelos governos petistas, principal causa da destruição do país¹⁰. 2) Esse imaginário pode ser apreendido no discurso em análise, no qual comparecem enunciados que reiteram o sentido de “submissão ideológica”, quais sejam:

Recorte 5

*Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um País livre das **amarras ideológicas**.*

Recorte do vídeo “Posse do Presidente Jair Bolsonaro Bloco 1”. Marca de 37 min 20 seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7KqcBnAP_Ic&t=270s. Acesso em: 19/03/2021.

Recorte 6

*Precisamos criar um círculo virtuoso para a economia que traga a confiança necessária para permitir abrir nossos mercados para o comércio internacional, estimulando a competição, a produtividade e a eficácia, sem o **viés ideológico**.*

Recorte do vídeo “Posse do Presidente Jair Bolsonaro Bloco 1”. Marca de 41 min 13seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7KqcBnAP_Ic&t=270s. Acesso em: 19/03/2021.

Recorte 7

Reafirmo meu compromisso de construir uma sociedade sem discriminação ou divisão.

Daqui em diante, nos pautaremos pela vontade soberana daqueles brasileiros: que querem boas escolas, capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política; que sonham com a liberdade de ir e vir, sem serem vitimados pelo crime; que desejam conquistar, pelo mérito, bons empregos e sustentar com dignidade suas famílias; que exigem saúde, educação, infraestrutura e saneamento básico, em respeito aos direitos e garantias fundamentais da nossa Constituição.

Recorte do vídeo “Posse do Presidente Jair Bolsonaro Bloco 1”. Marca de 38 min 37 seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7KqcBnAP_Ic&t=270s. Acesso em: 19/03/2021.

⁹ Cf. Rocha (2021).

¹⁰ Com Mariani (1996) vemos como o inimigo imaginário migra do comunismo para o esquerdismo e depois para o petismo. O que subjaz aí é a necessidade da existência de um inimigo. Isso nos leva a questionar: a que serve esse inimigo?

Assim, o elemento ideologia, materializado no jogo parafrástico entre “submissão ideológica/amarras ideológicas/viés ideológico”, vai sendo significado como ideologia do outro. Isso fica ainda mais claro na formulação “combater a ideologia de gênero” - que evoca o mesmo imaginário de extrema-direita, o qual denomina o campo filosófico dos estudos de gênero como “ideologia de gênero” -, que significa negativamente a palavra “ideologia”, demarcando-a como o que deve ser combatido.

Retomo o recorte 5. Ali comparece o sentido de união, em “unir o povo”. Esse sentido retorna no recorte 7, em “construir uma sociedade sem discriminação ou divisão”. Porém, o sentido de união para essa posição-sujeito é atravessado por seu oposto, o sentido de divisão. “Unir o povo” antecede “valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores”. A formulação instaura a divisão ao passo que a dita união preconiza o “combate à ideologia de gênero” e a conservação de “nossos valores”. Ou seja, esse sentido união, comporta, paradoxalmente, o sentido de divisão, pois exclui-se tudo aquilo que, para essa posição-sujeito, não se adequa a seus moldes, como a “ideologia de gênero”. Logo, um efeito de evidência reveste o enunciado, como se todos soubessem de que povo se fala. Assim, podemos perguntar: unir que povo? Valorizar que família? Respeitar que religiões? Conservar que valores?

A palavra “povo”, como destaca Pêcheux ([1983] 2016), pode ocupar o lugar de um objeto paradoxal, refletindo as lutas ideológicas. Esses objetos “são, simultaneamente idênticos consigo mesmos e se comportam antagonicamente consigo mesmos. [...] funcionam em relações de força móveis, em mudanças confusas, que levam a concordâncias e oposições extremamente instáveis” (PÊCHEUX ([1983] 2016, pp. 115-116). Assim, podemos sustentar a interpretação de que a palavra “povo” no discurso em tela produz, paradoxalmente, o sentido de “todo o povo” e, ao mesmo tempo, “um povo específico”, isto é, como faz saber o discurso presidencial, “aqueles brasileiros”.

No recorte 7 também comparece, pelo não dito, o sentido da união: “Reafirmo meu compromisso de construir uma sociedade sem discriminação ou divisão”. Contudo, além de comparecer o sentido de união permeado contraditoriamente pela divisão, no enunciado em destaque podemos interpretar o apagamento da diversidade constitutiva da formação social brasileira, sobre a qual se dobra a “discriminação” e a “divisão”. “Construir uma sociedade sem discriminação ou divisão”, para essa posição-sujeito, significa construir uma sociedade sem diversidade.

De volta ao sentido de “povo”, podemos dizer que ocorre um deslizamento, isto é, apreende-se aí um efeito metafórico. A metáfora, para a Análise de Discurso materialista, nada tem a ver com a figura retórica que opera comparações. Metáfora significa substituição, processo pelo qual o sentido se torna outro, mas não sem o mesmo. “Chamaremos *efeito metafórico* o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do ‘sentido designado por x e y [...]’” (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 96). O deslizamento ocorre de “vontade soberana do povo brasileiro” (recorte 4) para “vontade soberana daqueles brasileiros” (recorte 7). “Povo” desliza para “daqueles brasileiros”. O pronome demonstrativo “aqueles” especifica, por conseguinte, que a vontade soberana a ser atendida não é a de todo o povo, mas sim de um povo em particular, leia-se aqueles:

“[...] que querem boas escolas, *capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política*, que sonham com a liberdade de ir e vir, sem serem vitimados pelo crime; que

desejam conquistar, pelo mérito, bons empregos e sustentar com dignidade suas famílias; que exigem saúde, educação, infraestrutura e saneamento básico”.

Esse “povo”, então, compreende os sujeitos identificados com um projeto neoliberal de sociedade no qual impera a educação tecnicista e a meritocracia, e exclui aqueles que defendem uma educação crítica e emancipatória, que no imaginário que constitui a posição-sujeito-presidente, significa “militância política”, exclui também aqueles que veem na meritocracia um dispositivo de reprodução de desigualdades. O discurso presidencial traça, desse modo, uma linha divisória para demarcar a ideologia do outro, o povo-outro, a família-outra, a religião-outra, os valores-outros.

Recorte 8

O cidadão de bem merece dispor de meios para se defender, respeitando o referendo de 2005, quando optou, nas urnas, pelo direito à legítima defesa. Vamos honrar e valorizar aqueles que sacrificam suas vidas em nome de nossa segurança e da segurança dos nossos familiares. Contamos com o apoio do Congresso Nacional para dar o respaldo jurídico para os policiais realizarem o seu trabalho. Eles merecem e devem ser respeitados! Nossas Forças Armadas terão as condições necessárias para cumprir sua missão constitucional de defesa da soberania, do território nacional e das instituições democráticas, mantendo suas capacidades dissuasórias para resguardar nossa soberania e proteger nossas fronteiras.

Recorte do vídeo “Posse do Presidente Jair Bolsonaro Bloco 1”. Marca de 39 min 31 seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7KqcBnAP_Ic&t=270s. Acesso em: 19/03/2021

Recorte 9



Posse do Presidente Jair Bolsonaro Bloco 01

Recorte do vídeo “Posse do Presidente Jair Bolsonaro Bloco 1”. Marca de 6 min 08 seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7KqcBnAP_Ic&t=270s. Acesso em: 19/03/2021

Os recortes 8 e 9 evocam a questão do armamentismo, umas das bandeiras de campanha do trigésimo oitavo presidente, tanto no que tange ao âmbito legal, no sentido de ser favorável a aprovar ou flexibilizar leis que facilitam o porte e a posse de armas, quanto no sentido simbólico, com sua conhecida obsessão pelas armas que se materializa frequentemente na reprodução gestual de uma arma com as mãos, gesto repetido na cerimônia, como se vê no recorte 9.

No recorte 8 se atualiza a memória do referendo de 2005. Em outubro de 2003 foi sancionado o Estatuto do Desarmamento, Lei 10.826/2003, que restringia a compra e porte de armas de fogo no país e estipulava um conjunto de regras para se adquirir uma arma – como ser maior de 25 anos, ter residência fixa e não ter sido condenado judicialmente. Portar uma arma passou a ser permitido apenas para agentes do estado e seguranças profissionais licenciados. O porte passou ter que ser renovado a cada 3 anos e havia também a necessidade de justificar o motivo do porte por escrito. O intuito do estatuto era, sobretudo, evitar que armas fossem vendidas legalmente para o crime bem como reduzir o índice de homicídios por arma de fogo. A lei previu ainda que deveria ocorrer um referendo para decidir se o comércio de armas seria proibido no Brasil.

No dia 23 de outubro de 2005, esse referendo aconteceu; uma consulta pública sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munições no país. A alteração no art. 35 do Estatuto do Desarmamento tornava proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, salvo para as entidades previstas no art. 6º do estatuto. Como o novo texto causaria impacto sobre a indústria de armas do país e sobre a sociedade brasileira, a população deveria concordar ou não com ele. Por fim, a alteração na lei foi rejeitada¹¹, tendo como resultado uma votação de 63% para o não à proibição. E por esse motivo, a comercialização nunca foi proibida, ao contrário do que faz saber o sujeito-presidente. O enunciado “respeitando o referendo de 2005” produz sentido, pela retomada de discursos que o próprio sujeito outrora reproduzira, que apontam, pelo não dito, para a falsa informação de que referendo não foi respeitado à época¹². No recorte, se atualiza a memória desse acontecimento histórico que é significado no discurso presidencial como uma violação do direito à legítima defesa. Isto é, “meios para se defender” e “direito à legítima defesa”, nessa discursividade, significam portar ou possuir armas de fogo como gozo de um direito.

Na sequência, destaco os seguintes enunciados:

“Vamos honrar e valorizar aqueles que sacrificam suas vidas em nome de nossa segurança e da segurança dos nossos familiares.”

“Nossas Forças Armadas terão as condições necessárias para cumprir sua missão constitucional de defesa da soberania [...]”

¹¹ Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/referendo-2005/referendo-2005-1>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

¹² Essa falsa informação foi amplamente reproduzida durante a campanha presidencial. Em entrevista ao programa Roda Viva, em 2018, o então candidato reitera esse discurso ao dizer “[...] o governo, contrariando a democracia, proibiu o povo de comprar armas”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0>. Acesso em: 29 jun. 2021.

Nos enunciados está em jogo a valorização do trabalho dos policiais e das forças armadas. Contudo, no fio do discurso, inscreve-se a contradição, pois a garantia de melhores condições de trabalho para qualquer agente de segurança pública exclui, necessariamente, uma população mais armada, como defende o próprio sujeito-presidente acima, no mesmo recorte. Em outras palavras, mais armas circulando, e mais pessoas armadas na sociedade só aumentaria o risco à vida dos agentes de segurança. Isso nos leva a questionar se a política armamentista defendida pelo sujeito-presidente serve, realmente à segurança da população, como defende em “O cidadão de bem merece dispor de meios para se defender” ou se serve, na realidade, à indústria das armas que, com leis mais flexíveis para a aquisição, necessariamente amplia seus lucros.

5 Para, por ora, concluir

Fecho provisoriamente aqui minha análise, deixando em suspenso um sem número de questões que retomarei em trabalhos futuros. Considero a primeira fala pública presidencial um elemento fundador dos discursos oficiais do trigésimo oitavo presidente. Nesta análise, interpreto que duas redes de sentidos entrelaçadas constituem o discurso presidencial: o discurso religioso, que produz o efeito de que a investidura do cargo presidencial se deu pela graça divina para que se conduza uma missão messiânica de salvação da pátria; e o discurso bélico que, em primeiro lugar, define uma missão de guerra contra o outro, e em segundo lugar, traça uma linha divisória para demarcar a ideologia do outro, o povo-outro, a família-outra, a religião-outra, os valores-outros, e podemos incluir aí uma posição armamentista que, como vimos, instaura uma contradição.

Tenho trabalhado para tentar compreender os discursos presidenciais oficiais tendo em vista a noção de fascismo e de língua fascista. Isso não significa dizer, e nesse ponto precisamos ter todos os cuidados com comparações muito apressadas, que o estado brasileiro hoje seja fascista. A questão que tem me ocupado é compreender se está em curso a institucionalização de discursos fascistas, tendo em vista, sobretudo, o fato de que o fascismo não é estranho à nossa formação social. Ainda é cedo, no âmbito da minha pesquisa, para traçar paralelos e fazer relações mais diretas, mas obras dedicadas à interpretação do fascismo¹³ mostram como discursos de combate ao inimigo e de divisão da sociedade são marcas características de discursos fascistas. O imaginário fascista necessariamente elege um ou mais inimigos a serem eliminados. E a eliminação acontece, primeiro, na língua.

Referências

- COURTINE, J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. [1981]. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- FERREIRA, M. C. L. (org). *Glossário de Termos do Discurso*. Porto Alegre: 2001.
- INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e outras vozes*. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

¹³ Cf. Konder (2009), Paxton (2007), Piovizani e Gentile (2020), Zetkin (2019), Stanley (2019).

- INDURSKY, F. O teatro do grotesco como cenário da desconstrução do Brasil. *Revista da ABRALIN*, v. XIX, n. 3, pp. 365-388, 2020.
- KLEMPERER, V. *LTI: a linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- KONDER, L. *Introdução ao fascismo*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2017.
- MARIANI, B. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. 1996, 254 f. Tese (Doutorado em Linguística). Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 1996.
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2 ed. Campinas: Pontes, 1987.
- ORLANDI, E. P. Análise de Discurso. In: ORLANDI, E. P. *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes Editores, 2012.
- PAXTON, R. O. *A anatomia do fascismo*. Trad. Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do Discurso (AAD-69). [1969] In: GADET, F.; HAK, T. (org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). [1975]. In: GADET, F.; HAK, T. (org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. [1982]. In: ORLANDI, E. P. (org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. 4 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. [1975]. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, M. *O Discurso: estrutura ou acontecimento* [1983]. Campinas: Pontes, 2015.
- PÊCHEUX, M. Ideologia - aprisionamento ou campo paradoxal?. [1983]. In: PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso Michel Pêcheux*. 4 ed. Campinas: Pontes editores, 2016.
- PÊCHEUX, M. O mecanismo de (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, S. (org.) *Um mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- PETRI, V. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. In: DIAS, C.; PETRI, V. (org.) *Análise de Discurso em Perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: Editora UFSM, 2013.
- PIOVEZANI, C.; GENTILE, E. *A linguagem fascista*. 1 ed. São Paulo: Hedra, 2020.
- RIDDEL, J; TABER, M. Introdução. In: ZETKIN, Clara. *Com nasce e morre o fascismo*. Trad. Eli Moraes. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- ROCHA, J. C. C. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de uma Brasil pós-político*. Goiânia: Caminhos, 2021.

STANLEY, J. Como funciona o fascismo: *a política do “nós” e “eles”*. Trad. Bruno Alexander. 3 ed. Porto Alegre: L&PM, 2019.

Recebido em: 05/07/2021

Aceito em: 21/09/2021